

DEPARTAMENTO DE PSICOLOGIA
CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM PSICOLOGIA JURÍDICA

História silenciosa, história silenciada e história narrada

Júlia Muniz de Alvarenga

Orientadora: Aline Pereira Diniz



PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA
DO RIO DE JANEIRO



Júlia Muniz de Alvarenga

História silenciosa, história silenciada e história narrada

Trabalho de conclusão de curso apresentado ao Programa de Pós-Graduação em Psicologia Jurídica da PUC-Rio como requisito parcial para obtenção do título de Especialista em Psicologia Jurídica. Aprovada pela Comissão Examinadora abaixo assinada.

Orientadora: Aline Pereira Diniz

Rio de Janeiro
30 de agosto de 2016

CCE
COORDENAÇÃO
CENTRAL DE
EXTENSÃO

Dedico este trabalho a todas as crianças e adolescentes, em situação de acolhimento institucional, que muito me emocionam com a capacidade de resistência apesar de um sistema que tenta riscá-los da história. Na esperança que um dia, com o espaço de cuidado e de escuta, todos se tornem protagonistas de suas histórias de vida.

AGRADECIMENTOS

À minha família e aos meus amigos, os que lutam e resistem ao meu lado.

À professora Lidia Levy, grande responsável pela escolha deste curso, que com suas supervisões e orientações, durante toda a graduação e pós-graduação, me instigou a explorar este tema.

Às professoras e amigas Aline Diniz e Eliana Olinda, exemplos de ética e profissionalismo, por me ajudarem a produzir este artigo com a união da teoria e das problematizações sobre a prática. À todos os professores e a todas as companheiras nessa jornada da especialização, por todo o apoio e afeto.

À todas as profissionais da Vara de Infância e da Juventude, psicólogas e assistentes sociais, que dividiram comigo suas experiências e contribuíram muito para a minha formação durante esses 2 anos e meio no TJ-RJ.

Às amigas e parceiras no trabalho da CONTAR, Deborah Mandelblatt e Lis Amorim, por dividirem comigo os desafios e sonhos.

À todos, minha admiração e meu muito obrigado!

Resumo

Este trabalho objetivou examinar a função da narratividade na produção de álbuns, registros das histórias de vida, das crianças e adolescentes das instituições de acolhimento. Após contextualizar o cenário das instituições de acolhimento e o silenciamento dessas histórias de vida, aborda-se a importância da narratividade. Os relatos da elaboração dos álbuns com crianças e jovens abrigados ilustram o papel da narrativa na ressignificações de suas experiências de vida. A filosofia e a psicanálise foram os referenciais teóricos utilizados. Conclui-se que, o registro e o espaço de atenção e escuta com um adulto podem ajudá-los a darem lugar para alguns acontecimentos e sentimentos até então irrepresentáveis, e assim pensar o futuro, de forma mais criativa.

PALAVRAS CHAVE: narratividade, CONTAR, instituição de acolhimento

Sumário

Introdução	07
História silenciosa	09
Histórias silenciadas	13
Histórias narradas	19
Considerações Finais	24
Referências Bibliográficas	27

“Um menino nasceu: o mundo tornou a começar.”

João Guimarães Rosa

Introdução

O interesse pelo tema da narratividade advém da minha experiência com determinadas práticas psicológicas junto a crianças e jovens de diferentes instituições de acolhimento, bem como com atendimentos realizados na Vara de Infância e da Juventude e do Idoso.

Dentre tais práticas com crianças institucionalizadas, enfatiza-se o registro de suas histórias de vida através da elaboração de álbuns, metodologia criada pelo projeto do Instituto Fazendo História.

Após a primeira experiência com a técnica do álbum na instituição de acolhimento Aldeia Infantil SOS, iniciou-se um trabalho como colaboradora, no Projeto Fazendo Minha História, na instituição Alan de Mello. Consistiu, no primeiro momento, de um trabalho coletivo com todas as crianças com mediação de leitura, introduzindo-as nesse mundo simbólico das narrativas. Posteriormente, iniciou-se o trabalho individual do álbum.

Por outro lado, o trabalho na Vara de Infância e da Juventude, por meio de atendimentos aos processos de adoção, reintegração familiar e destituição do poder familiar, evidencia, em muitas situações, que a criança não teve a oportunidade de falar sobre seu passado e sobre a situação (negligência, abandono, violência verbal, física ou sexual) que a levou ao acolhimento institucional. Diante dessas circunstâncias, o retorno para sua família de origem ou a inserção dessas crianças em uma família substituta, se torna muito mais difícil. O processo de institucionalização, muitas vezes, silencia essas histórias de vida, não possibilitando que o passado seja significado por essas crianças e adolescentes, podendo ocorrer alguns prejuízos a curto e a longo prazo quando não são trabalhadas suas histórias de vida.

Além disso, se trata de um cenário singular em que os jovens institucionalizados têm como marca o rompimento de laços afetivos. A forma como eles assimilam e criam sua realidade psíquica, independente da realidade externa, pode funcionar como uma defesa, sendo algo estruturante para eles.

Sendo assim, a questão principal desse projeto de investigação é analisar como a metodologia de registro em álbuns pode colaborar com o processo de elaboração das experiências de vida das crianças e adolescentes das instituições de

acolhimento e abrir-lhes novas alternativas para seu futuro, criando novos significados e registros afetivos.

Observa-se que o projeto Fazendo Minha História, inserido em grande parte do sistema de acolhimento da cidade de São Paulo, não possui sua prática estabelecida no Rio de Janeiro, quer porque os organizadores do projeto não conseguiram acompanhar de perto a inserção dos colaboradores nas instituições, quer porque os abrigos do Rio de Janeiro não têm a mesma estrutura física e de organização que os da cidade de São Paulo.

No entanto, entre os principais documentos destinados aos profissionais que trabalham com crianças e jovens institucionalizados, o "Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA)", alterado pela lei 12.010, tem como prerrogativa no Artigo 100:

[...] XI- obrigatoriedade da informação: a criança e o adolescente, respeitado seu estágio de desenvolvimento e capacidade de compreensão, seus pais ou responsável devem ser informados dos seus direitos, dos motivos que determinaram a intervenção e da forma como esta se processa; (Incluído pela Lei nº 12.010, de 2009)

XII- - oitiva obrigatória e participação: a criança e o adolescente, em separado ou na companhia dos pais, de responsável ou de pessoa por si indicada, bem como os seus pais ou responsável, têm direito a ser ouvidos e a participar nos atos e na definição da medida de promoção dos direitos e de proteção, sendo sua opinião devidamente considerada pela autoridade judiciária competente, observado o disposto nos §§ 1º e 2º do art. 28 desta Lei. (Incluído pela Lei nº 12.010, de 2009)

Além do ECA, outro documento regente nesse âmbito, “Orientações técnicas: serviços de acolhimentos para crianças e adolescentes”, por influência do Projeto Fazendo Minha História, incluiu a seguinte recomendação:

Sempre que possível, a fim de promover um sentido de identidade própria, a criança e o adolescente - com o apoio de um educador/cuidador, família acolhedora ou pessoa previamente preparada - devem ter a oportunidade de organizar um livro de sua história de vida que reúna informações, fotografias e lembranças referentes a cada

fase de sua vida, ao qual poderão ter acesso ao longo do ciclo vital. Este livro deve ser uma produção da própria criança ou adolescente, com fotos e outras criações de sua autoria. No momento do desligamento esse registro deve fazer parte dos objetos pessoais que a criança ou adolescente levará consigo. (item 3.5.3, pg. 52)

Evidencia-se então, a importância da implantação e acompanhamento do trabalho de registro das histórias de vida das crianças institucionalizadas, adaptando-o às possibilidades do Rio de Janeiro. O presente estudo almeja contribuir nesta direção. Ao discorrer sobre o tema da narratividade pretende-se demonstrar a relevância dessa prática de modo a fornecer subsídios para o projeto piloto da CONTAR (Construindo Narrativas e Trabalhando com Acolhimento em Rede).

A CONTAR é uma organização do Rio de Janeiro que busca garantir os direitos das crianças e adolescentes em situação de acolhimento institucional, para isso, promove ações junto aos jovens e aos diferentes atores sociais envolvidos neste cuidado. Inspirada na metodologia do Instituto Fazendo História, o objetivo é que cada criança e adolescente tenha o direito de se tornar protagonista de sua história de vida, tenha a possibilidade de construir vínculos afetivos potentes e seja capaz de transformar sua realidade, sua comunidade e o mundo (CONTAR, 2016).

Diante do tema e problema expostos, a pesquisa se dará a partir de um levantamento bibliográfico de teóricos da filosofia e da psicanálise, como alguns comentadores acerca do tema. Para demonstrar a função da narratividade e os efeitos do rompimento dos laços afetivos na vida desses jovens, utilizarei alguns exemplos da prática dos álbuns.

1

História silenciosa

A história das instituições de acolhimento no Brasil foi marcada por muitas mudanças, porém, poucas no que se refere à exclusão social. Silveira(2015) nos aponta que até final do século XIX, eram encaminhadas para instituições como “orfanatos” as crianças e jovens de famílias pobres que se

encontravam em a considerada situação de abandono. Tratava-se de um regime disciplinar baseado no modelo de claustro e da religiosidade, acompanhado de instrumentos de profissionalização que visavam à inserção desses indivíduos nas posições mais baixas do mercado de trabalho.

A política ia além dos considerados órfãos, abrangia todos os menores que em situação de abandono ou que representava algum risco para a sociedade. Neste período, o poder “não tem mais o direito de marcar, banir, estropiar ou matar; deve, sim, cuidar da normalidade de todos os indivíduos” (VAZ, 2004, p.6).

Nessas instituições o que se pretendia, por meio de uma disciplina rígida, era tornar “produtivos” os indivíduos, até então, considerados “Incapazes”. Segundo Foucault (1977), o objetivo da sociedade disciplinar é o adestramento da moral e do corpo. O conceito de biopoder elaborado pelo autor pode ser entendido como “(...) o conjunto dos mecanismos pelos quais aquilo que, na espécie humana, constitui suas características biológicas fundamentais vai poder entrar numa política, numa estratégia política, numa estratégia geral de poder” (FOUCAULT, 2008b, p.03).

Após as fortes influências das doutrinas do Positivismo Científico, os governos posteriores, passaram a defender mecanismos específicos de intervenção do Estado na infância pobre, criando instituições específicas para o controle desse setor da população. No início do século XX, após muitas disputas políticas, foi consolidada a categoria da “menoridade”, com o Juizado de Menores (1924) e aprovando o Código de Menores em 1927. Nessa transição, constitui-se todo um regime tutelar de dispositivos de saber e intervenção.

Apesar dessa mudança, a maioria das instituições que abrigavam as crianças e jovens eram administradas por associações ou sociedades privadas. Além disso, muitos desses jovens acabavam trabalhando em casas de família ou no meio rural. Por esse motivo, muitos pais, que não tinham condições financeiras, assinavam em juízo o “abandono” dos filhos, com o intuito de deixá-los encaminhados em relação a trabalho. Outra razão que também levava a esse tipo de decisão, era em relação às filhas mulheres, para proteger a honra delas.

Em 1940, surge o Serviço de Assistência ao Menor (SAM), trava-se de uma rede de instituições fiscalizada e financiada também pelo Estado. Nesse serviço instituíram-se novos mecanismos de controle, porém com o tempo

mostraram-se ineficientes e inapropriados, com denúncias de abusos e irregularidades de vários tipos. A cultura aqui era considerada higienista e eugenista, com práticas de avaliação e testes dos perfis das crianças (biológico, inteligência, por exemplo) para dar uma previsão em relação ao futuro delas com o objetivo de direcionar a decisão do juiz. O "menor" não tinha fala, era falado. Em 1950 esse sistema é denunciado como hediondo, o que levou a novas discussões.

Essa “doutrina do internamento” começa a ser modificada com a criação da Fundação Nacional do Bem – Estar do Menor (FUNABEM) em meados da década de 60. Tratava-se de uma tentativa do Governo Militar de coordenar uma política pública, no âmbito nacional, voltada para esse setor da população. Nesse momento começa a ocorrer uma diferenciação entre "carente", "abandonado" e "infrator".

Já nos anos 80, com o final da ditadura militar, Silveira(2015) explica-nos que teve início um forte movimento de problematização sobre a “doutrina de internamento” e da questão da “menoridade”, por meio de estudos e publicações sobre o assunto, os teóricos começaram a apontar os aspectos negativos do processo de institucionalização no desenvolvimento das crianças e criticavam os altos custos que demandava essa rede de atendimento. Com essas críticas, eles buscavam valorizar o convívio familiar e comunitário para o desenvolvimento individual dos jovens. Esse movimento deu origem a promulgação do ECA, em 1990. Dessa forma, ocorre a transição entre a ideia de "menor" para "criança". O principal fundamento do Estatuto é o da “proteção integral”, em que as crianças e jovens são considerados “sujeitos de direitos”, sendo assim, seus direitos devem ser garantidos, primeiramente, pelas famílias, mas caso isso não ocorra, essa garantia fica por conta da sociedade e do governo.

Esses direitos organizados pelo ECA, inclui, em grande parte os “direitos humanos universais” e alguns, com especificidade para o período da infância, entre os principais: educação e saúde de qualidade, alimentação adequada, bem-estar social e psicológico, convivência familiar e comunitária. Há proibições como: trabalho infantil ou qualquer tipo de exploração ou violação sexual. Quando um ou mais desses direitos não forem respeitados, há várias “medidas de proteção”, entre elas, a de acolhimento institucional quando a criança está em uma

situação de vulnerabilidade, porém esse tipo de instituição passa por reformulações através dos novos princípios e diretrizes da nova legislação. Além disso, ocorre uma ampliação da rede de proteção à criança e ao adolescente em todo o país, inserindo nesse sistema os conselhos tutelares e as delegacias e juizados especiais.

Junto com essas mudanças, surgem novos dispositivos de saber e poder. Essas instituições deveriam ter, em arquivos, além dos pareceres psicológicos e sociais e do diário do cotidiano das crianças, todo o histórico da relação com os familiares e parentes mais próximos durante o período de internação e o registro da situação econômica e social da família. Todo esse controle é feito para averiguar qual o grau de vulnerabilidade em que eles estão submetidos, tendo como pressupostos algumas situações consideradas de risco.

O objeto de intervenção muda, não se trabalha mais com a ideia de "família pobre" e sim, "família negligente" e "criança em situação de vulnerabilidade". Ao tratar dessa noção de risco, existe uma forte tendência à criação de alguns parâmetros de avaliação, e que podem não levar em conta a situação singular e subjetiva de cada caso (SILVEIRA, 2015).

Após abordar sobre a história de acolhimento no Brasil, podemos constatar as poucas mudanças em relação a essa cultura de exclusão das diferenças, que aparece, atualmente, mascarada pela ideia de “proteção” e amparada pela noção de risco. Esse modelo “funciona como uma reafirmação do lugar que já habitam, o da desqualificação da diferença, visto que existiram formas hegemônicas de existência” (NASCIMENTO, 2015, pg. 283).

É visto como um risco, por exemplo, o fato de uma criança viver em uma família que não é considerada modelar, o que justifica uma intervenção do Estado para protegê-la, impedindo-a de viver em sua família, em favor de abrigos muitas vezes tão questionáveis quanto as práticas familiares interditas. (NASCIMENTO, 2015, pg.285)

Sendo assim, podemos considerar que a "cultura do acolhimento" não acabou com o início do ECA, mas que gerou novas especialidades, tanto das equipes técnicas como dos tipos de instituições.

2

Histórias silenciadas

Nos abrigos tudo é de todos e o tratamento dispensado às crianças costuma ser massificado, o que dificulta o acesso ao que é mais particular e subjetivo em cada criança (MARMELZSTEJN, 2006).

A forma não articulada com que profissionais e instituições interagem com as crianças e adolescentes contribui para a sequência de rupturas que se verifica nas trajetórias de suas vidas. Eles dificilmente têm a visão do processo de sua institucionalização, pois passam por diversos espaços e, muito raramente, são atendidos, levando-se em consideração suas demandas, expectativas e desejos. O sistema funciona de maneira tal que, nos programas de atendimento à criança e ao adolescente, a última voz que parece importar é, de fato, a deles. (RIZZINI, 2004, p.54)

Entre os motivos que levam uma criança a ser abrigada em uma instituição de acolhimento estão: o abandono, a negligência, a violência (física ou moral) ou o abuso sexual.

Na perspectiva da Psicanálise, qualquer uma dessas situações que leva ao afastamento da criança de sua família, pode assumir um caráter traumático. Segundo Zornig e Levy (2006), essa separação nos primeiros anos de vida da criança, quando ainda não conseguem assimilar o que está acontecendo, como, também, o desinvestimento materno abrupto, podem produzir efeitos traumáticos, entre eles o prejuízo na capacidade criativa.

Freud (1926/1976) ao pensar sobre o trauma do nascimento não só na perspectiva do desamparo, separação da mãe, mas como uma angústia que ainda não consegue ser inscrita e representada, enfatiza o aspecto traumático como relacionado a esse aumento de tensão excessivo irrepresentável. A partir da perspectiva que ressalta a importância do ambiente para a formação psíquica da criança, Winnicott (1945/2000) propõe que o trauma é concebido como quebra de confiabilidade do ambiente. Essas falhas, ou intrusões, ambientais geram

reações imediatas que são traumáticas e interrompem a continuidade do ser numa etapa muito inicial da vida. Nesse sentido,

O trauma psíquico ficaria referido tanto às angústias presentes no processo de constituição subjetiva da criança, quanto às experiências vividas na realidade que não sejam passíveis de ser assimiladas e representadas, como, por exemplo, o impacto decorrente de uma separação do ambiente até então considerado protetor. (ZORNIG;LEVY, 2006)

Para Zornig e Levy (2006) o que traumatiza, não está, necessariamente, relacionado com o evento em si, mas com como a pessoa consegue repetir e elaborar o evento traumático. O trauma está muito mais associado a “uma palavra vazia, a um desmentido, a um vazio de simbolização”. Green (2002) aponta-nos que quando não é viável representar ou mesmo ressignificar impressões ou vivências afetivas, podem-se manifestar somatizações ou até despersonalizações na criança.

Compreende-se, então, que o mecanismo de narração tem uma função defensiva, anti-traumática, isso se dá pela criação de laços e a possibilidade de novas representações a partir desse processo.

Segundo Golse (2003), o ser humano é um ser de narração. Para ele, a narratividade está estreitamente ligada às relações de apego, é esse mecanismo que ajuda a criança a organizar e ordenar seus processos de vinculação. Para que esse trabalho ocorra, evidencia-se a importância de interiorizar uma mãe não somente continente e transformadora, mas, também, suficientemente narrativa.

O desenvolvimento emocional saudável depende essencialmente de um ambiente suficientemente bom, já que no início da vida a criança é totalmente dependente do meio que a cerca. Golse (2003) enfatiza que no princípio o bebê não se constitui como uma unidade em si mesmo; a unidade corresponde a uma organização entre o indivíduo e o meio ambiente (WINNICOTT, 1945/2000). A questão do *holding* materno se faz presente nesse processo; é ele que vai dar à criança a experiência de continuidade.

Os processos de transmissão, transgeracional e intergeracional, podem funcionar como força de ligação ou de desligamento, o autor enfatiza: “A questão

principal é o sujeito poder tomar emprestado de outrem para se construir- sem, no entanto, cair na alienação, sendo que a margem de manobra é, às vezes, muito estreita” (GOLSE, 2003, pg.63).

Desde os primeiros dias de vida, os bebês, por meio do contato com suas mães, já começam a nos contar e contar a eles mesmos suas histórias. Por meio da figuração, o bebê começa a reviver, representando em seu corpo algo do encontro transitório e visual com a mãe. Esse recurso dura pouco tempo, pois não substitui o objeto perdido, ele é o próprio encontro.

O autor considera esse “pequeno teatro comportamental” como uma pré-forma da representação mental, são “sequências interativas nas quais ele se encontra implicado”. Cria-se, dessa forma, uma espécie de “auto-holding psíquico” que auxilia na organização do mundo representacional. Por sua vez, para Stern (1993), esse é o início do que ele nomeia de “envelope narrativo”, mecanismo que ajuda a diminuir as ansiedades.

As crianças que estão abrigadas em instituições de acolhimento, não têm essa mãe suficientemente narrativa, sendo cuidadas por profissionais da rede. É importante observar que Zornig (2010) diferencia o exercício do cuidado profissional da função materna, no sentido de que o amor materno é baseado no investimento narcísico e libidinal da mãe e no lugar designado ao filho nesse psiquismo, enquanto a atenção dada pelo cuidador da instituição vai depender da valorização e reconhecimento que ele mesmo dá ao seu trabalho.

Golse (2003) utiliza como referência, para a situação de acolhimento institucional, o trabalho do Instituto Pikler Lóczy¹, que promove reflexões sobre a função dos cuidadores e como eles podem introduzir essas crianças na narratividade.

O instituto surgiu após a Segunda Guerra Mundial, quando a pediatra Emmi Pikler, coordenadora de uma instituição criada para acolher crianças órfãs ou abandonadas, iniciou, junto com sua principal colaboradora Dr^a Judit Falk, uma nova referência de atenção à criança. O projeto tem como foco o estudo sobre crianças entre 0 a 3 anos e os cuidados nesse primórdio. Trata-se de uma prática que parte de duas premissas: segurança afetiva e motricidade livre.

¹ O Instituto Pikler-Lóczy foi fundado em Budapeste, Hungria, com o trabalho com crianças abandonadas e órfãs.

Nos momentos de encontro com a criança e nos cuidados dirigidos a ela, os cuidadores preocupam-se com a qualidade dessa presença, para que exerça o papel de continente, de verbalização e transformador. O resultado dessa atenção nos cuidados é que quando o adulto se afasta para cuidar de outro bebê, a criança, antes cuidada, começa a realizar o seguinte trabalho psíquico:

(...) tudo se passa como se ela tentasse, apoiando-se nas lembranças do recente encontro com o adulto, simbolizar ou pré-simbolizar esses restos mnésicos através da manipulação de objetos colocados à sua disposição, ou até mesmo de seu próprio corpo. (GOLSE, 2003, pg.67)

Sobre esse cuidado na primeira infância, Zornig (2010) explica que a dinâmica entre o bebê e o cuidador se estabelece a partir da reativação, no adulto, de sua própria história infantil. O contato com sua história precoce suscita suas partes mais frágeis e vulneráveis; as interações com o bebê catalisam as lembranças de um passado que pode ter sido elaborado pela narratividade ou, caso seja ignorado, pode retornar de forma repetitiva e mortífera na prática do cuidado.

Segundo Patricio(2012), é como se o bebê convocasse a cuidadora, potencializando as suas “capacidades maternas” e mostrando suas competências enquanto bebê, através da capacidade motora e das modificações da mímica facial diante do rosto ou da voz humana, discriminando-as.

Cada criança apresenta uma forma específica de contar, para o adulto, sua história precoce.

Sustentada pelo desejo de dizer algo que lhe seja peculiar, a criança, por volta dos dois anos de idade, cria, inventa mundos, reinventa sentidos, o que a ajuda a reorganizar a experiência subjetiva que tem dela mesma e de sua relação com os outros, favorecendo a elaboração dos conflitos com os quais se depara. (PATRICIO, 2012, pg.88)

Portanto, enfatiza-se o papel do ambiente para o surgimento progressivo da capacidade de ligação e, concomitantemente, da narratividade, até que o infante consiga contar sua própria história.

Bowlby (1997) em seu livro, “Formação e Rompimento dos laços afetivos”, realiza importantes considerações acerca dos efeitos da interrupção dos vínculos

parentais. Para o autor, o bebê entre 15 a 30 meses, quando é separado de sua mãe, com a qual tinha forte vínculo, apresenta comportamentos específicos, distinguindo-se três etapas desse processo: protesto, desespero e desligamento.

Na primeira, o bebê quer o retorno da mãe, para isso demonstra raiva e chora para impor seu desejo. Já na segunda, trata-se de uma combinação entre desespero e esperança, um sentimento alimenta o outro em um movimento cíclico. A terceira etapa é resultado do prolongamento da ausência da mãe e a criança parece esquecê-la; caso a mãe retorne, demonstra um desinteresse em relação a ela. “Embora a esperança e o desespero alternado possam continuar por muito tempo, acabará por desenvolver-se certo grau de desligamento emocional da pessoa perdida.” (pg.74).

Independente da fase, a criança pode, em uma tentativa de demonstrar o que está sentindo, fazer birras e apresentar comportamentos destrutivos, ficando inquieta ou até mesmo, violenta.

Sendo assim, o sujeito que, nessa fase da vida, passa por esse tipo de desorganização, começa a se organizar na ausência permanente da pessoa, entrando em um processo de luto. Para Winnicott (1987/2012), a criança tem capacidade limitada para manter viva a ideia de alguém amado quando essa pessoa não está no seu campo de visão ou de escuta.

Essa ameaça de perda de sentimentos, que sobrevêm em crianças que estão há muito tempo distantes de tudo o que amam, frequentemente acaba em brigas. As crianças começam a rondar em busca de confusão e quando alguém se zanga ocorre verdadeiro alívio; mas esse alívio não é duradouro. (WINNICOTT, 1987/2012, pg. 45)

Quando falamos desse desligamento, não se trata de um simples esquecimento, mas sim, de uma defesa. A esperança e o desespero aqui saem da consciência, porém permanecem latentes e prontas a serem reativadas quando as circunstâncias mudam (BOWLBY, 1997).

Winnicott(1965/2005), ao teorizar sobre suas experiências com crianças e adolescentes, que por conta da Segunda Guerra Mundial, ficaram longos períodos separados de sua família de origem e abrigadas em instituições de acolhimento, destaca a atenção que se deve ter com as histórias passadas delas.

O autor ressalta a importância do trabalho inicial do acolhimento, sugere que os profissionais que realizam esses primeiros contatos devem coletar o máximo de dados que puderem encontrar sobre a história daquela criança ou adolescente até aquele dia, para, posteriormente, ajudá-los a elaborar e organizar essas informações. Para isso, propõe que realize uma longa conversa com a mãe ou familiares próximos, além de reunir, por exemplo, caso tenha passado anteriormente por outra instituição, relatos de outras pessoas que exerceram os cuidados deles e sobre outros possíveis vínculos estabelecidos nesse lugar.

Explica-nos que da mesma forma que as crianças que tem uma atenção individual dos seus pais, os solicitam para que as ajudem a lembrarem sobre o que fizeram durante o dia ou mesmo para escutarem deles alguma história antiga sobre elas, isso possibilita que consigam ter uma consciência do conjunto de sua história, os abrigados também necessitam que um adulto faça esse trabalho junto com eles. Além do prazer que isso gera neles, por ter alguém com a atenção dirigida ao o que está contando, isso os ajudam a diferenciar o que é sonho e o que é realidade.

Levy e Jonathan(2014) a partir estudo sobre um trabalho de escuta, em grupo, desenvolvido com adolescentes acolhidos, ressaltam a importância desse espaço de fala, o objetivo é que “os jovens expressem e reelaborem os diversos significados atribuídos a si e ao mundo, ou seja, em uma perspectiva ecológica, reconstruam de maneira enriquecedora os sentidos de sua experiência.” (LEVY;JONATHAN, 2014)

Em relação a todas essas possíveis consequências da ruptura dos laços, o método de narração, ao mesmo tempo em que tem caráter defensivo, paralelamente assume um papel criativo. Ao se expressarem, os jovens conseguem reparar simbolicamente a ausência do objeto e inventar novas representações.

3

Histórias narradas

As histórias das crianças e dos adolescentes são contadas, na maioria das vezes, somente por registros de processos: relatórios de diversas equipes técnicas (abrigo, equipe técnica do juiz, conselho tutelar, escola...), ata de audiência, defesas e representações. O discurso jurídico que busca provas e uma “Verdade” se distancia das experiências narradas por esses jovens.

Em “A vida dos homens infames” (2006), Foucault propõe uma nova forma de narrativa, uma “contra-história”: “Ela vai ser o discurso daqueles que não têm a glória, ou daqueles que a perderam e se encontram agora, por uns tempos talvez, mas por muito tempo decerto, na obscuridade e no silêncio.” (FOUCAULT, 2006, p. 82). A infâmia aqui é associada aos homens que cometeram delitos ou, de alguma forma, deixaram lembranças de “horror”.

Para esse trabalho o autor realiza uma antologia de existências dos “infames”, a partir dos discursos de documentos do século XVII e XVIII como: cartas régias, petições, documentos de internamento. Ao se deparar com esses registros, considera que “esses discursos realmente atravessaram vidas; essas existências foram efetivamente riscadas e perdidas nessas palavras” (FOUCAULT, 2006, pg.207).

Ao mesmo tempo em que os relatórios oficiais pouco dão espaço às outras realidades que existiram, sem esse encontro com o poder, essas histórias seriam facilmente esquecidas.

O que as arranca da noite em que elas teriam podido, e talvez sempre devido, permanecer é o encontro com o poder: sem esse choque, nenhuma palavra, sem dúvida, estaria mais ali para lembrar seu fugidio trajeto. (...) É, sem dúvida, para sempre impossível recuperá-las nelas próprias, tais como podiam ser “em estado livre” (FOUCAULT, 2006, p. 207-208).

A narrativa, assim como proposta por Walter Benjamin, parte do pressuposto de que “ela não está interessada em transmitir o “puro em si” da coisa narrada

como uma informação ou um relatório. Ela mergulha a coisa na vida do narrador para em seguida retirá-la dele.” (BENJAMIN, 2000, pg.205).

Não se trata aqui de um mero registro do passado, mas sim de uma rememoração. A ideia de rememoração é introduzida por Walter Benjamin(2000) e explicada por Gagnebin(2006) em seu trabalho “Lembrar, escrever, esquecer”:

Tal rememoração implica uma certa ascese da atividade historiadora que, em vez de repetir aquilo de que se lembra, abre-se aos brancos, aos buracos, ao esquecido e ao recalcado, para dizer, com hesitações, solavancos, incompletude, aquilo que ainda não teve direito nem à lembrança nem às palavras. A rememoração também significa uma atenção precisa ao presente, em particular a estas estranhas ressurgências do passado no presente, pois não se trata somente de não se esquecer do passado, mas também de agir sobre o presente. A fidelidade ao passado, não sendo um fim em si, visa à transformação do presente.(GAGNEBIN, 2006, pg.55)

Percebe-se na realidade das crianças institucionalizadas que pouco transmitem sobre sua origem e pouco espaço é oferecido para o relato de suas lembranças e sobre suas perspectivas de futuro. Nos abrigos tudo é de todos e o tratamento dispensado às crianças costuma ser massificado, o que dificulta o acesso ao que é mais particular e subjetivo em cada criança (MARMEZSTEJN, 2006). Autores como Rosseti-Ferreira, Sólton e Almeida (2010) apontam a necessidade de proporcionar à criança abrigada a possibilidade de contar sua história e dela se apropriar por meio de jogos e narrativas, por meio de interações verbais e não verbais.

Sendo assim, podemos considerar que favorecer a narração é reconhecer a possibilidade de elaboração no discurso narrativo. Nesse sistema, o outro, como testemunha, ajuda a apaziguar as angústias, levando o sujeito de volta a sua própria imagem (FIGUEIREDO, 2007).

Neste sentido, verifica-se que para uma criança ser capaz de construir sua história é necessário que um adulto tenha podido identificar e interpretar suas manifestações, dando-lhes sentido. Nesse espaço de narração há duas histórias precoces sendo contadas, a do adulto e a da criança. Dessa troca, surge uma terceira história, que funciona como um espaço de liberdade.

No que se refere ao trabalho com adolescentes, essa possibilidade de escuta, também os ajudam a dar novos significados para suas histórias, como enfatiza as autoras Levy e Jonathan:

"Sem dúvida a fala cria significações e, a partir do relato feito ao outro, cria-se um espaço para a construção de sentidos para sua história. Os espaços de conversa promovem autoconhecimento, criando oportunidade para o (re)ordenamento das histórias dos abrigados por meio da elaboração de novas narrativas, referidas tanto para uma ressignificação das experiências vividas quanto para a construção de novos projetos de vida." (LEVY; JONATHAN, 2014)

A metodologia do registro em álbuns foi criada pelo Instituto Fazendo História com o projeto “Fazendo Minha História” e começou a ser aplicada, pela Contar (Construindo Narrativas e Trabalhando com Acolhimento em Rede) em maio de 2016 no abrigo Celly Campello, na cidade do Rio de Janeiro. O objetivo desse trabalho é propiciar às crianças e jovens de instituições de acolhimento a oportunidade de se apropriarem de suas histórias de vida por meio desses registros. Além de ter como foco o registro das histórias de vida, realiza uma aproximação desse público com a leitura, a partir da doação de livros, montam uma biblioteca na instituição e realizam o trabalho de mediação de leitura. Por intermédio dos livros, a criança é introduzida em um mundo simbólico capaz de ajudá-la a pensar sobre suas próprias questões.

As primeiras ações realizadas no serviço de acolhimento são oficinas de sensibilização com os educadores. Os educadores, responsáveis pelos cuidados diários, são atores fundamentais para que esse processo de narração ocorra, sendo assim, valorizamos junto a eles o trabalho com as histórias de vida, desde os primórdios da criança e durante todo seu desenvolvimento.

Como apontamos anteriormente, devido ao pouco investimento nesse tipo de instituição, poucos profissionais para muitas crianças, e a falta de capacitação para os educadores, essa escuta individual de cada criança, se torna muito difícil. Sendo assim, a metodologia propõe, que quando não é possível os próprios cuidadores realizem essa função no dia a dia, que sejam realizadas também formações de voluntários.

Em relação à formação dos colaboradores, a preparação inicial consiste em encontros que abordam os seguintes assuntos: primeiro, sobre os princípios do projeto e a realidade das instituições de acolhimento; o segundo, aborda a temática da mediação de leitura; e, por último, introduzem a prática do registro dos álbuns.

O ponto central do projeto são os encontros semanais entre a criança ou adolescente e seu colaborador, que duram uma hora e acontecem por um ano, a menos que eles saiam da instituição antes desse período. Neles, além da leitura dos livros, são realizadas atividades lúdicas com desenhos, fotografias, colagens, pinturas, entre outras, que comporão o álbum de sua história de vida. Este álbum é da criança ou adolescente e o acompanha para o resto de sua vida. O espaço aberto por esse adulto convida o jovem a se expressar, entrar em contato com seus medos e desejos e ir se percebendo como protagonista de sua história.

O vínculo recebe destaque especial no referido projeto: “a construção de uma relação entre o colaborador e a criança é o ponto de partida e a base de todo o trabalho. Através dos encontros, busca-se construir um vínculo de afeto, respeito e confiança.” (INSTITUTO FAZENDO HISTÓRIA, p.3312). A relação afetiva (ou a disponibilidade para ela) do adulto com a criança ou o adolescente é a condição para que surja uma boa comunicação que abra espaço para a expressão dessas lembranças.

Em pesquisa anterior (Levy, 2014) realizada em uma instituição de acolhimento da cidade do Rio de Janeiro, também inspirada nesta metodologia de registros das histórias de vida, verificamos que o espaço individual com o colaborador e o álbum, como sendo o material feito pela própria crianças ou adolescente, possibilitava uma apropriação por parte deles em relação as suas histórias.

No trabalho individual com adolescentes, entre 12 e 13 anos, que, na maioria das vezes, estavam passando por longos períodos de acolhimento e circulando por diferentes abrigos, pode-se perceber a falta que faz uma atenção sobre suas histórias de vidas, no sentido de dar lugar para diferentes acontecimentos e sentimentos, que até então causavam angustias por estarem irrepresentáveis.

A partir do vínculo com o colaborador e a confiança que depositavam nele, os jovens conseguiam assimilar, por exemplo, como a mesma mãe que negligenciou os cuidados em relação a eles, ou que os abandonaram, continuavam ocupando um espaço importante em suas vidas.

Uma adolescente que, logo no início, em uma atividade do álbum chamada “Identidade”, pediu para colocar ao invés dos nomes dos pais, o nome dos avós, em outro momento, próximo ao final do trabalho, ao fazer sua árvore genealógica, ficou muito em dúvida sobre como faria essa organização, e desabafou “Eu tenho raiva da minha mãe, mas sei que o lugar dela é aqui e dos meus avós ali” (apontando para os espaços até então em branco na árvore).

Outro ponto importante observado na pesquisa é o lugar idealizado da mãe, mantido por alguns deles, apesar de toda a situação de descuido da genitora, eles tentam preservar a imagem delas, recordando de vários momentos em que as mães foram carinhosas com eles, sentindo queridos por elas e investidos narcisicamente. Neste tipo de situação demonstra como é relevante dar espaço a realidade psíquica deles, e como se basear somente nos relatos jurídicos pode ser prejudicial.

Era comum escutarmos que a culpa de estarem ali era deles mesmos, pois não iam para escola e escondiam isso de suas mães ou porque eles faziam bagunça e por isso elas perdiam a paciência. Sobre estas situações, podemos entender que para eles era necessário que essa mãe continuasse preservada, porém, por outro lado, poderia assumir um caráter autodestrutivo, ou uma baixa autoestima, ao colocar a culpa da separação neles mesmos.

Apesar das fotos não serem o ponto central do álbum, era notável a importância que elas ganhavam para alguns desses jovens que nunca tiveram um retrato ou que tiveram, mas perderam por conta da passagem por diferentes lugares. Para muitos deles, saber que futuramente poderão mostrar para outras pessoas como eles eram ou apontar indivíduos que foram importantes para eles em certo período de sua vida, parece ajudá-los a concretizar o que estão vivendo, no agora.

Há também na metodologia, sugestões de atividades que deem espaço aos relatos sobre o próprio período de acolhimento e sobre as relações estabelecidas naquela instituição. A convivência com os cuidadores e as outras crianças do

abrigo é capaz de produzir muitos vínculos importantes, potentes e transformadores para o jovem que vive ali, e deve ser valorizado no registro dos álbuns.

Ao abordar sobre seu passado e seu presente, conseguindo representar alguns de seus sentimentos e acontecimentos de suas vidas, o jovem consegue imaginar o que gostaria de ser e se deparar com as várias possibilidades diferentes para vir a ser. Os registros sobre como pensam o seu futuro, são igualmente importantes, neste sentido.

4

Considerações finais

O presente trabalho teve como objetivo apresentar e problematizar a história das instituições de acolhimento no Brasil(história silenciosa) e o processo de silenciamento das histórias de vida de crianças e adolescentes (história silenciada), e propor a narratividade e o processo de registro em álbuns (história narrada) como uma forma de favorecer o protagonismo desses jovens.

Percebemos que, apesar de se ter passado muito tempo desde que se iniciou esta prática dos abrigos como proteção à criança e ao adolescente, pouco se modificou em relação à “cultura do internamento”. Durante muitos anos, mesmo com todas as mudanças na legislação, essa ideia de que o Estado deve intervir sobre as famílias para proporcionar segurança, a partir de um modelo de relações familiares e de uma noção de risco, ainda pode apresentar características de exclusão social.

Outro ponto importante abordado na parte da história das instituições de acolhimento é a ocorrência, independente do período, dos jovens sendo “falados”, a partir dos relatórios e documentos jurídicos, ao invés de escutados. Independentemente das várias mudanças positivas que o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) trouxe para a garantia de direitos, por conta da falta de investimento nesse setor, as instituições continuam silenciando essas histórias de vida ao proporcionar pouco espaço de escuta e pouca atenção aos profissionais

que promovem esse cuidado. No abrigo, o trabalho é massificado e pouco espaço tem para uma atenção individual.

Diante do problema exposto, apresentamos as histórias de vidas que encontramos nesses abrigos, situações marcadas pelo o rompimento de laços afetivos. A partir das duas formas de entender o trauma, tanto de Freud, como um aumento de tensão excessivo e irrepresentável, e de Winnicott que pensa que ele se dá a partir do momento em que se perde a confiança no ambiente, as autoras Zornig e Levy consideram que as crianças que estão acolhidas podem apresentar estas duas formas de trauma: algo do irrepresentável, da palavra não dita, e por meio de rupturas de vínculos importantes.

Ao trazer o conceito de figuração, explicada por Golse, o objetivo foi demonstrar como somos um ser de narração e desde cedo tentamos contar nossa história. Apesar das crianças que estão acolhidas não terem uma mãe suficientemente narrativa, os educadores da instituição, ao investirem na qualidade dos cuidados e atenção direcionados a criança, podem estimular também esse exercício de narratividade.

Observamos, a partir dos estudos do Winnicott sobre crianças que foram separadas de suas famílias e institucionalizadas, a importância dos relatos do passado. O autor dá ênfase ao trabalho dos profissionais que exercem o acolhimento inicial quando os jovens chegam à instituição, recomendando que busquem, de alguma forma, captar o máximo de informações sobre história da criança, do período com a família de origem ou dos vínculos estabelecidos em outras instituições. Posteriormente, recomenda que um adulto ajude a criança, com exercício de recordar e repetir para elas esses episódios de suas vidas, a ter uma consciência do conjunto de sua história.

Após a apresentação desses estudos que revelam a importância de vínculos de qualidade para possibilitar que a criança que desenvolva sua capacidade criativa e de narração, e tendo em vista toda a situação precária, tanto de estrutura física como de formação dos profissionais, da rede de acolhimento no Rio de Janeiro, oferecemos subsídios e demonstramos a relevância de um trabalho com histórias de vida, como o do projeto piloto, já em prática, da CONTAR (Construindo Narrativas e Trabalhando com Acolhimento em Rede).

Inspiradas na metodologia do projeto Fazendo Minha História, propomos a técnica do registro das histórias de vida das crianças e adolescentes em álbuns, como sendo uma possibilidade para que o educador ou colaborador possa ajudar aquele jovem a se inserir em sua própria narrativa. Além do enfoque nos livros, que trazem á eles novas formas de narração e o introduzem em um mundo simbólico capaz de ajuda-los a pensar sobre suas próprias questões, o espaço individual com um adulto e no vínculo estabelecido com ele, possibilita-os a expressar, organizar e repensar sobre vários sentimentos que até então não conseguiam representar.

A partir de um estudo baseado na pesquisa realizada em uma instituição de acolhimento do Rio de Janeiro, coordenada pela professora Lidia Levy, e inspirada na metodologia dos registros das histórias de vida, foi possível observar, a partir de alguns exemplos e situações, os benefícios desse trabalho.

Ao possibilitar esse ambiente escuta e afeto, os jovens conseguem narrar como pensam seu passado, presente e futuro. Como protagonistas de suas histórias de vidas, eles são capazes de se reinventarem, assim como um artista faz.

Referências bibliográficas

- BENJAMIN, W. O narrador. In: *Magia e Técnica, arte e politica*. São Paulo: ed Brasiliense, 2000.
- BOWLBY, John. *Formação e rompimento dos laços afetivos*. Tradução Álvaro Cabral. 3ªed. São Paulo: Martins Fontes, 1997.
- ESTATUTO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE. Disponível: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L8069.htm. Acesso em 13 de setembro de 2015.
- FIGUEIREDO, Luis Claudio. A metapsicologia do cuidado. *Psychê*, São Paulo, ano XI, n. 21, p 13-30, 2007.
- FOUCAULT, M. *Segurança, território, população*. São Paulo: Martins Fontes, 2008b
- FOUCAULT, M. “A vida dos homens infames” in: *Ditos e escritos*, v. 4. Tradução Vera Lucia Avelar Ribeiro. Rio de Janeiro: Forense universitária, 2006.
- FOUCAULT, M. *Vigiar e punir: história da violência nas prisões*. Tradução Ligia. M. Pondé Vassalo. Petrópolis: Vozes, 1977.
- FREUD, Sigmund. (1926). Inibições, sintomas e ansiedade. In *Edição standard brasileira das obras completas de Sigmund Freud* (J. Salomão, trad.) (Vol. 20), Rio de Janeiro, RJ: Imago, 1976.
- GAGNEBIN, J.M. *Lembrar escrever esquecer*. São Paulo: Ed. 34, 2006.
- GOLSE, Bernard. *Sobre a psicoterapia pais-bebê: narratividade, filiação e transmissão*. São Paulo, SP: Casa do Psicólogo (Col. Primeira infância), 2003
- GREEN, Andre. *La diacronia em psicanálisis*. Buenos Aires: Amorrortu, 2002
- INSTITUTO FAZENDO HISTÓRIA. *Esta é nossa história!* São Paulo: Alaúde, 2013.
- LEVY, L. Construindo histórias. In Ladvocat, C.; Diuana, S. (Orgs.), *Guia de adoção no Jurídico, no Social, no Psicológico e na Família*. São Paulo: Roca, 2014.
- MARMELSZTEJN, R. *Psicoterapia para crianças e adolescentes abrigados: construindo uma forma de atuação*. 2006. 234f. Dissertação (Mestrado em Psicologia) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. São Paulo. 2006.
- NASCIMENTO, M.L. *Proteção à infância e à adolescência nas tramas da biopolítica*. In: "Michel Foucault: O Governo da Infância" (Organização: Haroldo Rezende). Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2015
- ORIENTAÇÕES TÉCNICAS: SERVIÇOS DE ACOLHIMENTO PARA CRIANÇAS E ADOLESCENTES. Disponível no site do Ministério de Desenvolvimento Social e de combate a fome: <http://www.mds.gov.br/assistenciasocial/secretaria-nacional-de-assistencia-social-snas/cadernos/orientacoes-tecnicas-servicos-de-acolhimento-para-criancas-e>

adolescentes-tipo-de-publicacao-caderno/68-orientacoes-tecnicas-servicos-de-alcolhimento.pdf/download. Acesso em 13 de setembro de 2015.

PATRICIO, S.F. Brincando de inventar mundos: a importância da narrativa na creche. In: Revista Primórdios, Rio de Janeiro, v. 2, n. 2, p. 73-128, 2012

RIZZINI, Irene; RIZZINI, Irma. A institucionalização de crianças no Brasil: percurso histórico e desafios do presente. São Paulo: Loyola, 2004.

ROSSETTI-FERREIRA, M.C; SOLÓN; L.A.G.; ALMEIDA,I.G. A voz da criança abrigada: a delicada arte da conversa e da escuta. In: BERNARDI, D. C. E. (Org.). **Cada caso é um caso**: a voz das crianças e dos adolescentes em acolhimento institucional. Coleção Abrigos em Movimento, vol. 5. Brasília: Secretaria Especial de Direitos Humanos, 2010.

SILVEIRA, D.S. Governamentalidades, saberes e políticas públicas na área de Direitos Humanos da criança e do adolescente. In: "Michel Foucault: O Governo da Infância" (Organização: Haroldo Rezende). Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2015.

STERN, D. L'enveloppe pré-narrative. Journal de la psychanalyse de l'enfant, v. 14, p. 13- 65, 1993.

VAZ, P. Risco e justiça. In: CALOMENI, T. C. B. (org.) Michel Foucault – entre o murmúrio e a palavra. Campos: Editora Faculdade de Direito de Campos, 2004

WINNICOTT, Donald. A família e o desenvolvimento individual. São Paulo: Martins Fontes, 1965/2005.

_____. Desenvolvimento Emocional Primitivo. In: Winnicott, D. W. Da Pediatria à Psicanálise: obras escolhidas. Rio de Janeiro: Imago Ed., 200. p. 218-232, 1945/2000.

_____. O brincar e a realidade. Rio de Janeiro: Imago 1971/ 1975.

_____. Privação e delinquência. São Paulo: Martins Fontes, 1987/2012.

ZORNIG, Silvia; LEVY, Lidia. Uma criança em busca de uma janela: função materna e trauma. Estilos clínicos, São Paulo, v. 11, n. 20, jun, 2006. Disponível em: http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S141571282006000100003&lng=pt&nrm=iso. Acesso em 07 de setembro de 2015.

ZORNIG, Silvia. Reflexões sobre uma ética do cuidado na primeira infância. Primórdios-CPRJ, Rio de Janeiro, v.1, n.1, p. 15-26, 2010. Disponível em: http://www.cprj.com.br/primordios/15-26_reflexoes.pdf. Acesso em 02 de setembro de 2015.